

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS PELA CONSTRUÇÃO DE GRANDES BARRAGENS NA COLÔMBIA: DESENVOLVIMENTISMO NEOLIBERAL, R-EXISTÊNCIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Nathalia Avila Escobar

Universidade Federal do Paraná UFPR

Mestrado em geografia¹

Introdução

A construção de grandes barragens hidroelétricas na Colômbia a partir dos anos 70 e 80 do século XX tem deixado um profundo rastro de devastação nos territórios e nas populações do país. Esta devastação é a marca das dinâmicas de privatização-mercantilização-exploração da natureza e da vida que são fundamentais para a reprodução global da acumulação de capital e do padrão de poder mundial (QUIJANO, 2000). Desta forma, entender o papel que tem a América Latina em geral e a Colômbia em particular, na reprodução destas relações de acumulação e de poder é fundamental para nos aproximar aos conflitos socioambientais atuais, assim como às estratégias de resistência, r-existência e mobilização social que historicamente têm se construído.

Para tanto, nesse texto faremos um panorama dos principais conflitos e casos específicos de construção de grandes barragens na Colômbia, tanto das primeiras barragens hidroelétricas, construídas nos anos 70 e 80 quanto das que estão sendo construídas atualmente, como forma de observar e compreender as velhas novidades (QUINTERO, 2015) nas relações globais de poder e de acumulação de capital ligadas à construção destas grandes obras, mas também, como forma de observar e compreender as criações e recriações de resistências, r-existências e movimentos sociais construídos ao redor da luta contra as barragens na Colômbia.

Dentro desta dinâmica e tensão entre as estruturas globais de poder e de acumulação de capital e entre a criação e recriação de resistências, r-existências e movimentos sociais, encontramos o eixo principal para compreender os conflitos socioambientais (ZHOURI Y LASCHEFSKI, 2010) atuais e históricos que na Colômbia têm se construído ao redor da construção de grandes barragens hidroelétricas. Por tanto, buscaremos nesse texto assinalar sempre está dinâmica constante destes dois processos sociais, começando pela análise das

¹ Mestranda do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal do Paraná UFPR. Bolsista do Programa Estudantes-Convênio de Pós-graduação – PEC-PG, da CAPES/CNPq – Brasil. E-mail de contato: nataliavila1@hotmail.com

dinâmicas de poder e de acumulação de capital, nas quais o neoliberalismo tem um papel fundamental, para seguidamente continuar com os casos específicos atuais e históricos de construção de barragens, para finalmente analisar os pontos principais das resistências, re-existências e movimentos sociais que estes casos nos mostram e que são primordiais para a compreensão dos conflitos socioambientais atuais na Colômbia.

Desenvolvimento e neoliberalismo: Bases para a construção e consolidação de barragens hidroelétricas na América Latina

A partir dos anos 70 e 80 do século XX começaram na Colômbia incentivar-se diversos projetos de geração de energia elétrica por meio de barragens. As paisagens que tinham as condições necessárias para a construção destas obras, altitude, inclinação, quedas de água e fortes correntezas, foram percebidas como as paisagens perfeitas para a materialização de uma nova fase da acumulação de capital e da reconfiguração do poder mundial, o neoliberalismo, que teve na América Latina um dos seus lócus principais (MACHADO, 2011). O neoliberalismo na América Latina começa a consolidar-se no período pós II Guerra mundial, período de crises de acumulação de capital e de crises nos padrões de poder mundial², e quando a região começava a construir, mesmo que tímidos, importantes processos de industrialização e nacionalização de bens da natureza³. O neoliberalismo na América Latina se constrói então como um processo de reorganização territorial da acumulação e do poder mundial que visava assegurar e reconsolidar a subalternização e a subjugação dos países da periferia (MACHADO, 2011), necessárias para a reprodução da economia mundo capitalista (WALLERSTEIN, 1996) e do padrão colonial de poder mundial (QUIJANO, 2000).

² Karl Marx (2014) foi o primeiro assinalar que as crises do sistema capitalista são inerentes a este sistema, e que são crises de sobre acumulação de capital e de força de trabalho. Partindo desta análise Harvey (2005) aponta que nessas crises de sobre acumulação de capital e de força de trabalho, é fundamental a reprodução capitalista do espaço, e especificamente, os ajustes espaço-temporais, mediante os quais se criam as condições para a solução das crises do sistema capitalista a traves do adiamento temporal e da expansão geográfica. Desta maneira, seguindo a estes dois autores, as crises pós segunda guerra mundial, que segundo Seane (2012) começaram em 1929 e prolongaram-se até a segunda guerra, são crises de sobre acumulação que encontram uma solução na reconfiguração territorial da acumulação de capital e do poder na América Latina, ou seja, no imperialismo e na acumulação por espoliação (HARVEY, 2005) que se materializa nas ditaduras e nas posteriores políticas neoliberais de desregulação e privatização impostas nos países da América Latina.

³ Segundo Giarracca e Teubal (2013) entre os anos 40 e 60 do século XX América Latina teve um período emblemático, que se baseou no modelo de substituição de importações ISI, e mediante o qual se buscava modificar as estruturas econômicas e de acumulação baseadas exclusivamente nas vantagens comparativas que supostamente América Latina tinha em relação com seus produtos primários de exportação. Nesse período, portanto, aumentou a produção industrial e a produção manufatureira, aumentou o PIB per Capita de toda a região e decresceram as importações de produtos manufaturados. No entanto também, nessa época houve um déficit na balança comercial, devido principalmente ao aumento das importações de bens intermediários e de capital e à continuidade nas exportações de produtos primários, que não aumentaram sua quantidade e que não foram capazes de enfrentar as crescentes importações.

Como reorganização territorial da acumulação e do poder e como reconfiguração da divisão internacional do trabalho, o neoliberalismo chega com sangue e fogo aos territórios latino-americanos. As ditaduras na Argentina, no Chile e no Brasil constituíram-se como a antessala necessária para a imposição das políticas de desregulação, privatização e abertura para o exterior e para, portanto, começar intensos processos de desindustrialização e de reconfiguração da tradicional economia-primário exportadora da região (GIARRACCA E TEUBAL, 2013). Começa assim uma expansão e intensificação da privatização-mercantilização-exploração da natureza e dos bens naturais latino Americanos, exemplificado no auge na exploração de mineiros, no incentivo às monoculturas de exportação, na construção de barragens hidroelétricas e na consolidação de infraestruturas necessárias para estes empreendimentos como rodovias, hidrovias, portos entre outros (SEAONE, 2012).

Mas o neoliberalismo não só pressupõe a reativação das dinâmicas econômicas de acumulação de capital, de divisão internacional do trabalho e de desenvolvimento geográfico desigual e combinado⁴. O neoliberalismo enreda-se complexamente também com estruturas culturais e subjetivas de poder que têm seu eixo fundante no metarelato do desenvolvimento, e paralelamente, no metarelato do subdesenvolvimento. Baseado nas relações de poder construídas na modernidade, que têm como ponto fundamental a colonização da América (QUIJANO, 2000) e ligado aos discursos de evolução e de crescimento natural, o desenvolvimento sob a hegemonia do liberalismo, começa a ser utilizado para se referir a processos de industrialização, comercialização e expansão imperial e, portanto, começa a ser utilizado como forma de exclusão e estigmatização de populações subalternizadas (QUINTERO, 2015). O desenvolvimento capitalista e europeu, a partir da compreensão unilinear da história⁵, apresenta-se assim como o destino único de todas as sociedades e,

⁴ Harvey (2005) usa a expressão desenvolvimento geográfico desigual e combinado como ferramenta para explicar as contradições do capitalismo periférico e, portanto, para explicar a coetaneidade espacial e temporal de diversas formas de acumulação de capital e sua importância na reprodução do sistema capitalista. Para Harvey (2005) o desenvolvimento geográfico desigual e combinado é fundamental para entender a coetaneidade espacial e temporal dos processos de acumulação ampliada de capital e dos processos de acumulação por despejo na periferia do sistema capitalista. Para um debate maior sobre isto ver: THEIS, Ivo Marcos, **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado e a geografia**, Novos Cadernos NAEA, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009.

⁵ Segundo Quintero (2015) o metarelato do desenvolvimento tem relação direta com a modernidade e com uma de suas bases principais: a concepção do tempo no qual o passado é substituído pelo futuro e que dá uma significação nova à ideia do desenvolvimento. Segundo o autor, esta nova concepção do tempo na modernidade está baseada principalmente na filosofia alemã e em Hegel, quem utilizou a ideia de desenvolvimento no seu sistema filosófico, e no evolucionismo social, nascido na França e na Inglaterra e baseado na ideia do progresso. Desta maneira, e como parte fundamental da racionalidade moderno ocidental, a história e o tempo começam a entender-se como processos unilineares, nos quais as sociedades europeias e industrializadas encontram-se na etapa mais “desenvolvida” da sociedade, e as sociedades colonizadas, subdesenvolvidas e do terceiro mundo, relacionado também à dominação ao redor da ideia de raça, encontram-se em etapas inferiores e em tempos

portanto, como o ponto mais alto para alcançar na escadaria depois de superar os degraus do atraso e do subdesenvolvimento.

O metarelato do desenvolvimento entrelaça-se assim na América Latina com as bases do neoliberalismo na região, (políticas de livre mercado, competição, vantagens comparativas, reprimarização da economia exportadora) de forma que os grandes projetos agroexportadores, de mineração e de construção de barragens hidroelétricas, chegam acompanhadas e justificadas por discursos ligados ao crescimento do Produto Interno Bruto, ao progresso, à geração de emprego e à superação da pobreza. O desenvolvimentismo neoliberal converte-se assim, não só numa poderosa estrutura de acumulação de capital e de exploração do trabalho e dos bens naturais da periferia, mas também numa estrutura de poder biopolítico sobre as populações e os territórios da América Latina (SVAMPA, 2012)

Nesta dinâmica, os Estados nacionais dependentes e periféricos de nossos países da América Latina, absorveram violentamente este desenvolvimentismo neoliberal outorgando as garantias fiscais, jurídicas e comerciais necessárias para a construção e consolidação destes empreendimentos nos territórios (MACHADO, 2011). Políticas de desregulação econômica e de privatização, e no caso específico da construção de barragens hidroelétricas, políticas de privatização da água e da energia, foram impulsadas na maioria dos países da América Latina, com o apoio político e econômico aberto do Banco Mundial BM, do Fundo Monetário Internacional FMI e do Banco Interamericano de Desenvolvimento BID (GIARRACCA E TEUBAL, 2013). Os grandes empréstimos destas organizações globais para a construção de projetos de desenvolvimento na América Latina nos anos 70 e 80, dentro dos quais encontram-se as barragens hidroelétricas, mostram o quanto estão arraigados os Estados nacionais latino-americanos à atual divisão internacional do trabalho e à acumulação de capital, o quanto estão subordinados seus sistemas econômicos e políticos à colonialidade imposta por estas organizações globais e a força e a intensidade da ilusão da independência, do progresso e do desenvolvimento que os Estados-nacionais latino-americanos usualmente defendem (GROSFOGUEL, 2008).

Estas dinâmicas globais de poder e de acumulação de capital materializam-se nos territórios latino-americanos e são evidentes nas paisagens dos lugares da vida cotidiana de populações e comunidades. A mineração, as monoculturas de exportação e as barragens hidroelétricas,

pretéritos de um passado atrasado da humanidade. “La idea moderna de desarrollo refiere, así, a un proceso de cambio social general, formulado en sentido positivo y natural, temporalmente progresivo y acumulativo, que no está ligado al azar, sino que por el contrario, sigue ciertas reglas y etapas específicas y continuas, de supuesto carácter universal” (QUINTERO, 2015, p: 130-131)

obedecendo às dinâmicas globais, chegam transformando os espaços de vida e os territórios e, portanto, todas as relações sociais, econômicas e culturais dos grupos humanos que ali habitam. O desenvolvimentismo neoliberal, efetivamente des-envolve (PORTO GONCALVES, 2006) relações, territórios e lugares nos países da América Latina. Mas paralelamente com a intensificação da privatização-mercantilização-exploração da natureza e da vida surgem, recriam-se e reconstroem-se resistências, r-existências e movimentos sociais (PORTO GONCALVES, 2002) nos territórios para exigir redistribuição, dos danos e dos ganhos do desenvolvimento, e para exigir reconhecimento, dos modos de vida e das relações sociais alternativas que se constroem nos territórios e que fogem da continua mercantilização que exige a reprodução constante da acumulação de capital e do poder (FRAISER E HONNETH, 2006). O Movimento de Atingidos por Barragens MAB no Brasil, o Movimento Rios Vivos na Colômbia, o Movimiento Mexicano de atingidos por barragens e em defesa dos rios MAPDER e o Movimento Patagônia sem barragens do Chile, são exemplos na América Latina destas resistências, r-existências e movimentos sociais que se opõem a este desenvolver e a estas dinâmicas globais de poder e de acumulação de capital.

Assim, podemos dizer que o desenvolvimentismo neoliberal, contexto no qual consolidam-se as bases para a construção das barragens hidroelétricas, gera e intensifica os conflitos socioambientais de base territorial em nosso continente (ZHOURI E LASCHEFSKI, 2010). Comunidades e populações resistem, r-existem e se mobilizam numa dinâmica constante e histórica de conflitos, poderes e negociações. Por isto achamos que um panorama dos conflitos socioambientais, históricos e atuais, em relação com a construção de barragens hidroelétricas na Colômbia, nos permitirá visualizar as especificidades e as generalidades dos processos sociais base destas construções, assim como as dinâmicas conflitivas e de relações de poder e resistência que se constroem ao redor destes projetos.

A Construção de Grandes Barragens Hidroelétricas na Colômbia: poder, conflitos e resistências

A partir dos anos 70 do século XX, começa na Colômbia a construção e a consolidação de barragens hidroelétricas nos territórios do país que eram propícios para estas obras. O auge por este tipo de projetos sustentou-se na crise mundial e na subida dos preços do petróleo, e foi claramente direcionado pelo Banco Mundial BM e pelo Fundo Monetário Internacional FMI, organizações que em troca de empréstimos para projetos de desenvolvimento na América Latina, exigiam estritas reformas estruturais na economia destes países (OLAYA, 2012). As reformas estruturais econômicas e políticas funcionaram, portanto, como antessala

ao neoliberalismo dos anos 90, sentando as bases da privatização e do despejo, e consequentemente da mercantilização da água e da energia na Colômbia.

A lei 56 de 1981, mediante a qual se expedem normas em relação com a construção de grandes obras de geração de energia e mediante a qual se regularizam as expropriações por causa da construção destas grandes obras, e que foi construída como exigência do BM para fazer os empréstimos necessários, é uma clara mostra do anterior. Da mesma forma, a política de tarifas de energia, que declarava a subida nos preços da energia elétrica inclusive nos municípios onde estavam se construindo as hidroelétricas, é uma mostra significativa da mercantilização da energia no país e da desigualdade na distribuição das perdas e dos ganhos do desenvolvimento (CAMPAÑA PROHIBIDO OLVIDAR, 2004). É claro que estas políticas responderam às dinâmicas de acumulação de capital e às relações de poder globais que estavam se reconfigurando na época, e que, mediante empréstimos econômicos, subjugavam os Estados nacionais a partir de instrumentos como a dívida externa e como as leis e os decretos nacionais de privatização e mercantilização. Foi neste contexto que se impulsaram na Colômbia nesses anos quatro grandes barragens em três departamentos⁶ do país: A barragem de Achincayá no departamento do Valle do Cauca, a Barragem a Salvajina no departamento do Cauca e as barragens de Guatapé e de San Carlos no departamento da Antioquia⁷.

⁶ Os departamentos são as divisões político administrativas da Colômbia que possuem seus próprios governadores, eleitos por voto popular, e que possuem também certa autonomia política e econômica. Os departamentos assemelham-se à divisão político-administrativa dos Estados no Brasil.

⁷ Ver mapa 1



Mapa 1: Mapa físico da Colômbia
 Fonte: Instituto Geográfico Agustín Codazzi IGAC
 Ano: 2012

A primeira grande Barragem que se construiu no país foi a barragem de Anchicayá localizada no departamento de Valle do Cauca, a 85 km de Cali capital deste departamento, sob o rio do mesmo nome e entre os municípios de Buenaventura e Dagua. A barragem, que começou se construir em 1955, foi construída numa região de selva húmida tropical, que tem como características principais a grande diversidade hídrica e de flora e fauna, e que tem sido historicamente habitada por populações negras que organizam seus territórios e suas relações sociais de acordo com seus próprios modos de vida⁸. A construção desta barragem gerou uma

⁸ As comunidades afro colombianas na Colômbia que habitam na região do pacifico colombiano são comunidades afrodescendentes que historicamente tem r-existido nos territórios a partir da reprodução de

série de conflitos devido principalmente à afetação na agricultura e na pesca, aos deslizamentos (teve pelo menos três fortes deslizamentos em 1970, 1975 e 1981), às doenças por causa do estancamento das águas, e em geral, devido às transformações nas dinâmicas sociais, comunitárias e produtivas assim como nas relações culturais estabelecidas ao redor do rio (CAMPAÑA PROHIBIDO OLVIDAR, 2004). As comunidades negras que ali habitam têm construído diversos processos de resistência, luta e reivindicação que se baseiam principalmente na exigência de compensações pelos impactos, na luta pela distribuição equitativa dos benefícios da Barragem, (mesmo morando na proximidade da barragem estas comunidades ainda não tem acesso a serviço de energia elétrica nem de esgoto), e no reconhecimento de suas práticas sociais, econômicas e culturais ligadas aos seus saberes, aos territórios e aos bens da natureza.

A história desta barragem é especialmente importante, já que permite observar o antes, o durante e o depois da barragem, ou seja, permite observar o processo histórico de sua construção, de sua imposição, das afetações, dos impactos, dos despejos, mas também e paralelamente, das resistências e dos movimentos sociais. Um ponto que vale a pena ressaltar tem a ver com o final da vida útil do projeto que no caso desta barragem relaciona-se com novas conjunturas de conflito e resistência. Em 2001, a empresa responsável por este projeto, A Empresa de Energia do Pacífico, num labor tardio de manutenção, decidiu abrir as comportas da construção, liberando 500 mil metros cúbicos de sedimentos que estavam represados há cinquenta anos. A liberação dos sedimentos claramente ocasionou uma problemática socioambiental de grandes proporções, na qual resultaram afetados diversidade de espécies de peixes, vários tipos de cultivo e aproximadamente seis mil pessoas de 11 conselhos comunitários e de 9 títulos coletivos de comunidades negras⁹. As comunidades negras apresentaram uma ação pública exigindo compensações pelos impactos e danos, ação que só em 2009 foi resolvida a favor das comunidades, de forma que se condenou à empresa a

relações sociais, econômicas e culturais diferenciadas que incluem visões não mercantis com a natureza e os rios, sistemas produtivos e sistemas religiosos próprios, tradições orais, musicais, artísticas e identitárias, sistemas de uso comunitário de terras entre outros. Para mais informação ver: ESCOBAR, Arturo, Territorios de diferencia: lugar, movimiento, vida y redes, Departamento de Antropología Universidad de Carolina del Norte, Chapel Hill Enviñon Editores 2010.

⁹ A constituição da Colômbia de 1991 (vigente atualmente) estabelece ao Estado Colombiano como um Estado social de direito, descentralizado, democrático e pluralista, assim como também reconhece, pela primeira vez, a diversidade étnica e cultural do país. Como resultado foi criada na Colômbia, a lei 70 de 1993, que tem como objetivo proteger a identidade cultural e os direitos das comunidades negras na Colômbia e que permite o reconhecimento legal de seus direitos, territórios ocupados e costumes e, portanto, a titulação e demarcação de seus territórios. A figura legal de representação dos títulos coletivos de comunidades negras são os conselhos comunitários. Na Colômbia existiam em 2010, 155 títulos coletivos de comunidades negras nos departamentos da Antioquia, do Valle del Cauca, do Nariño, do Chocó e da Risaralda (MINISTERIO DE CULTURA, 2010)

uma indenização de 200 mil reais (200 mil milhões de pesos colombianos) que ainda não foi efetivada pela empresa¹⁰.

Outro caso que é importante assinalar é o caso da barragem hidroelétrica de Guatapé construída no noroeste da Colômbia. Localizada no departamento da Antioquia entre os municípios de Peñol e de Guatapé, numa região de grandes riquezas naturais, ladeiras e grandes rios, e dedicada predominantemente à agricultura camponesa de diversos produtos como café, banana da terra, feijão, batata e mandioca, a hidroelétrica de Guatapé começa a construir-se em um ambiente de grandes conflitos sociais, políticos e econômicos entre o Estado nacional e departamental e as populações camponesas que moravam na região. Efetivamente, a construção desta hidroelétrica, que foi terminada em 1971 com um potencial de geração de energia de 282 MW e inundando aproximadamente 6.365 ha, deu-se num clima de conflito constante, já que a sua construção implicava a inundação de grandes porções de terras, inclusive da área urbana de um dos municípios, a expropriação e o despejo dos camponeses que moravam na região e a destruição de modos de vida locais e de relações sociais, culturais e econômicas que ali tinham se consolidado.

Em relação direta com a construção desta hidroelétrica constituíram-se Movimentos Cívicos nos municípios de Guatapé e de Peñol. Estes movimentos sociais consolidaram-se pelos impactos da construção destas obras e pelas transformações que na vida cotidiana e territorial produziam. Entre os impactos mais significativos, encontravam-se os deslocamentos forçados de camponeses, as inequidades na compra-venda das terras, a perda de terras dedicadas à agricultura, a extinção de empregos e atividades econômicas tradicionais e em geral, a afetação à vida social, com a perda de valores culturais e com sentimentos generalizados de privação e desarraigo (SAENZ, 1986). Depois de longo processo de negociação e conflito com o Estado Nacional antes, durante e depois da construção da hidroelétrica, e depois do período mais intenso de mobilizações e de greves, e paralelamente de repressão violenta da polícia e do exército nacional, as populações receberam como única compensação a possibilidade de aproveitar as águas estancadas da barragem para atividades turísticas, atividades das quais sobrevive a maioria da população até hoje¹¹.

¹⁰ Para mais informação ver: Jornal El Espectador, “Anchicayá sin pescado y sin indemnización”, 11 de sept de 2011.

¹¹ As atividades turísticas das quais obtêm sustento econômico as populações dos municípios de Guatapé e de Peñol, baseiam-se principalmente em passeios de barco pelas águas estancadas e em diversas atividades aquáticas esportivas e recreativas. Segundo entrevista realizada em trabalho de campo em Antioquia em março de 2016, estes tipos de atividades turísticas não puderam se realizar em outras barragens porque prejudicam a

Caso similar é o caso da Barragem Hidroelétrica de San Carlos, localizada também no departamento da Antioquia no município de San Carlos, no rio Guatapé, na proximidade da hidroelétrica de Guatapé. A hidroelétrica de San Carlos foi terminada em 1984, com um potencial de geração de 1240 MW, o maior e mais ambicioso projeto hidroelétrico do país. Nesta região, caracterizada também pela economia e pela agricultura camponesa, apresentaram-se da mesma forma diversos conflitos pelo despejo das terras e pelos deslocamentos dos camponeses e camponesas, organizando-se também diversos Movimentos Cívicos alimentados pelo mal-estar na construção destas hidroelétricas, mas estendidos a vários municípios da região devido fundamentalmente à política de cobro da energia elétrica. Assim, o ponto culminante da organização social foram os altos preços no cobro da energia nas regiões que já experimentavam os recorrentes impactos das barragens, generalizando-se assim o sentimento de injustiça nas populações camponesas (OLAYA, 2012). Estes movimentos cívicos, depois de três anos de intensa mobilização e depois de três greves gerais, foram violentamente silenciados numa estratégia de criminalização e assassinatos de líderes que deixou uma memória inapagável nos moradores da região (GARCIA Y ARAMBURO, 2011)

Na mesma época da construção da hidroelétrica de San Carlos, começa em 1985 a construção da Barragem a Salvajina ao sudoeste do país no município de Suarez no departamento do Cauca, com uma capacidade de 270 MW numa das bacias mais importantes da região, a bacia do rio Cauca. Numa região habitada por comunidades camponesas e por comunidades indígenas¹² e de impactante diversidade ambiental e cultural, a construção da barragem começa gerando impactos em relação às transformações no uso da terra, aos deslocamentos forçados de populações, à perda de sendeiros tradicionais que utilizavam as comunidades, às afetações na agricultura e às transformações em práticas culturais, econômicas e sociais das populações. Diferentes movimentos de resistência organizaram-se para reivindicar

vida útil destas construções. Efetivamente, esta é a única barragem na Colômbia onde se aproveitam as águas estancadas para atividades turísticas.

¹² No contexto da constituição de 1991, o Estado Colombiano adota, mediante a lei 21 de 1991, o convenio 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais, regulamentado a figura legal e sócio política do Resguardo (figura inicialmente criada durante a época colonial e que tem sido regulamentada na Colômbia desde 1890) e que atualmente garante o direito das comunidades indígenas sobre seus territórios tradicionalmente ocupados mediante a titulação coletiva de suas terras e mediante a autonomia na organização do resguardo segundo seus sistemas socioculturais próprios. A representação legal do resguardo é o Cabildo Indígena. Na Colômbia existem aproximadamente 90 comunidades indígenas organizadas em 479 resguardos (UNICEF, 2009). No departamento do Cauca as comunidades indígenas mais importantes são as comunidades indígenas Misak e as comunidades indígenas Nasa, cada uma com suas cosmovisões, língua e relações socioculturais próprias. Estas comunidades encontram-se organizadas no Conselho Regional Indígena do Cauca CRIC, do qual fazem parte 90% dos resguardos e Cabildos Indígenas do departamento, organização que tem participado ativamente na luta contra a barragem a Salvajina.

distribuição e reconhecimento, organizando em 1986 uma marcha pela rodovia Panamericana, uma das rodovias mais importantes da região, exigindo à Corporação Autônoma Regional (Instituição estatal responsável pelas temáticas ambientais) a garantia de direitos relacionados com a educação, a saúde e a alimentação da população.

Como resultado desta marcha, na qual participaram camponeses, indígenas e mineiros artesanais, conseguiu-se assinar um acordo entre as comunidades e o Estado departamental e nacional, no qual encontravam-se temas em relação com infraestruturas educativas e de saúde, com projetos de assistência técnica, com projetos de recuperação de terras e de fomento à agricultura e a outras atividades econômicas, entre outros pontos que, no entanto, não foram totalmente efetivados pelas instituições públicas. O movimento social contra esta barragem tem vivenciado desde os anos 80 diversas épocas de ativação e de recuos devido também à violência, à criminalização e à perseguição de líderes comunitários e de pessoas próximas ao movimento (CAMPAÑA PROHIBIDO OLVIDAR, 2004).

Nestes casos é possível observar diversos processos sociais que se consolidaram na Colômbia com a construção destas barragens. É fundamental assinalar que todas as barragens foram apoiadas pelo Banco Mundial BM, pelo Banco interamericano de desenvolvimento BID e por outras corporações internacionais como é o caso da barragem a Salvajina¹³. Além do anterior, todas as barragens chegaram nos territórios apoiadas pelo Estado nacional e departamental e suas instituições que promoveram estes grandes projetos baseados nos discursos do desenvolvimento, do crescimento econômico (centrado exclusivamente no crescimento do produto interno Bruto PIB), na geração de emprego e, inclusive, sob os discursos de “energia limpa”, regulação dos caudais dos rios e no controle da contaminação (CAMPAÑA PROHIBIDO OLVIDAR, 2004).

O apoio do Estado aos projetos de geração hidroelétrica é um dos pontos mais claros que podem se evidenciar. Assim, o Estado não só apoia com a construção de políticas e leis que são a base da viabilização dos projetos e da reprodução dos discursos de poder global, mas também com a concentração e o monopólio dos capitais que participam na geração de energia. Isto é evidente nas Corporações Autônomas Regionais CAR, instituições criadas nesses anos com o objetivo de ordenar e regularizar as atividades de impacto ambiental nos departamentos, mas que facilmente têm sido captadas pelos interesses mercantis e

13 Segundo a Campaña prohibido olvidar (2014) a barragem a Salvajina obteve financiamento econômico do Banco Interamericano de desenvolvimento, mas também do fundo japonês Overseas Economic Cooperation, que outorga empréstimos a países em desenvolvimento para projetos estratégicos, o Export and Import Bank – Eximbank também do Japão e o Banco Girozentrale da Áustria.

econômicos. Este é o caso da Corporação Autônoma Regional das Bacias dos Rios Negro e Nare CORNARE, criada em 1986 com o objetivo de organizar os dinheiros vindos das transferências¹⁴ e na qual as elites regionais do departamento da Antioquia tiveram um papel fundamental (GARCIA E ARAMBURO, 2011), e da Corporação Autônoma do Valle CVC que na catástrofe ambiental de 2001 na barragem de Anchicayá, não conseguiu intervir e cumprir o rol que como autoridade ambiental lhe corresponde, porque é proprietária de 16% da empresa de Energia do Pacífico¹⁵.

Além do anterior, conseguimos observar os impactos e, portanto, os consequentes conflitos socioambientais que produzem estas construções que no desenvolvimento realmente existente (MONTENEGRO, 2006), esse que é material e que é evidente nos territórios e nos corpos, afasta-se dos ideais de progresso, crescimento e emprego. Assim são recorrentes os conflitos em relação com as drásticas transformações na vida local que incluem transformações econômicas, sociais e culturais, como a perda de terras para agricultura, o enfraquecimento da pesca e da mineração artesanal, as doenças e a contaminação, os deslocamentos forçados das populações, a injustiça na compra-venda das terras, a perda na mobilidade e de caminhos e sendeiros tradicionais, a perda de relações e de atividades culturais com o rio e o crescimento de sentimentos de desarraigo e perda, entre outras afetações. Também foi possível observar nesses casos os processos de resistência e re-existência, organização e mobilização da diversidade de populações que são atingidas por estes projetos, exigindo justiça e igualdade ambiental, participação, reconhecimento e redistribuição dos danos e ganhos do esperado desenvolvimento.

Mas estes processos que sinalamos anteriormente, não fazem parte de um passado distante e perdido. As velhas novidades (QUINTERO, 2015) aparecem atualmente em todos os territórios do país, surgindo continuidades e descontinuidades nos processos sociais relacionados com os projetos de geração de energia elétrica, que se relacionam com as dinâmicas que permanecem mudando da acumulação de capital e do padrão de poder mundial. Assim, a partir de 2010, impulsionam-se desde o Estado Nacional novos projetos de geração de energia ligados estreitamente com o “Consenso das Commodities” e com o auge

¹⁴ As transferências é o nome que recebem na Colômbia os dinheiros que as empresas responsáveis pelas barragens hidroelétricas devem pagar aos municípios onde estas localizam-se como compensações pelos impactos e afetações. A partir de 1993, e no contexto da lei geral Ambiental da Colômbia (Lei 99 de 1993) a porcentagem das transferências é de 6%, administrado 3% pelas Corporações Autônomas Regionais CAR (Instituições estatais regionais responsáveis da regulação ambiental) e 3% pelos municípios. No entanto, estes dinheiros só podem ser gastos em saneamento básico e em proteção ambiental de bacias hidrográficas.

¹⁵ Ver: Jornal El Espectador, “Anchicayá sin pescado y sin indemnización”, 11 de sept de 2011.

da grande mineração a céu aberto no país. Segundo Svampa (2012) aproximadamente desde 2008 América Latina passou do “Consenso de Washington” ao “Consenso das Commodities” num contexto de novas crises de acumulação de capital e das relações de poder no capitalismo que têm como consequência a subida nos preços das commodities latino-americanas e a “commoditização dos recursos naturais” (GONCALVES E MENDONÇA, 2013). Neste contexto intensifica-se a exploração da natureza e da vida nos territórios locais, flexibilizam-se as leis e políticas ambientais e jurídicas para permitir a entrada de capitais transnacionais ainda mais concentrados, expandem-se o uso de tecnologias de ponta e constroem-se novos discursos de dominação biopolítica ligados ao metarelato do desenvolvimento-subdesenvolvimento como os discursos do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social empresarial (SVAMPA, 2012).

Na Colômbia, desde 2010 e em relação com estas conjunturas mundiais começam a impulsar-se novamente projetos de Barragens hidroelétricas, mineração a céu aberto e monoculturas de exportação, impulso que também conseguiu consolidar-se no país devido à aparente estabilidade militar que nesses anos, e depois de um conflito armado de mais de cinquenta anos e de uma política de militarização do país, atingiu-se nos territórios¹⁶. Muitos dos novos projetos de barragens incentivam-se junto com os projetos de mineração e com a ênfase dada nos últimos anos a esta atividade, que desde 2001 é uma atividade pública e de interesse social e uma das “locomotivas” do desenvolvimento do país¹⁷. Além do anterior, os novos projetos de barragens hidroelétricas também se encontram destinados à exportação de energia,

¹⁶ A Colômbia tem uma longa história de conflito armado que aproximadamente a partir dos anos 50 do século XX enfrenta a guerrilhas de base marxista-leninista e influenciadas pela revolução cubana, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia FARC e o Exército de Libertação Nacional ELN; diversos grupos paramilitares de extrema direita, criados e fomentados pelo Estado Nacional e por grandes empresários e latifundiários do país, e que desde 1997 a 2005 agruparam-se nas Autodefesas Unidas da Colômbia AUC; e as Forças Armadas Nacionais, exército e polícia principalmente. Este conflito socioeconômico armado tem gerado uma série de afetações e consequências nos territórios e nas comunidades que os habitam, mas uma delas, segundo Vicente, Martín, Slee (2011), foi atrasar a entrada de multinacionais em alguns territórios onde os enfrentamentos armados eram constantes. No entanto, a partir de 2002, começa uma política que junta a militarização do país com a “confianza inversionista”, de forma que se fortalecem o aparato militar do Estado, e a relação deste com as AUC, e paralelamente, as políticas econômicas e ambientais base da confiança que precisam os grandes capitais transnacionais para realizar investimentos econômicos nos territórios. Existe na Colômbia, portanto, uma relação complexa entre a guerra e os grandes projetos de barragens, mineração e monoculturas de exportação, e Segundo Isuasty e Grisales (2014), as regiões mais fortemente afetadas pelo conflito armado coincidem com as regiões dos grandes empreendimentos minero-energéticos do país. Vicente, Martín, Slee (2011) afirmam também que muitas multinacionais chegaram a lugares que tinham sido cenários de violência, desaparecimento forçada e assassinatos e que atualmente os índices de violação aos direitos humanos nas zonas de mineração são alarmantes.

¹⁷ No código de mineração de 2001 (vigente atualmente) estabeleceu-se a mineração como uma atividade pública e de interesse social, fortalecendo-se como atividade primordial das políticas do Estado e como uma das atividades econômicas mais importantes do país. A declaração de atividade pública e de interesse social permite e justifica a expropriação de terras e de bens a favor desta atividade. Da mesma forma, muitos dos projetos de barragens hidroelétricas têm esta declaratória de atividade pública e de interesse social.

principalmente a Centro América, exportação que viabilizar-se-á com a construção da linha de transmissão de energia entre a Colômbia e o Panamá (CARDENAS E AGUDELO, 2012). Isto é mais evidente ainda quando observamos que a capacidade instalada de energia elétrica, com as hidroelétricas já construídas, supera a demanda de energia elétrica do país.

Os projetos de barragens mais importantes que atualmente estão construindo-se na Colômbia são os projetos Hidrosogamoso, Quimbo e Hidroituango. O projeto Hidrosogamoso, da empresa ISAGEN¹⁸, e que foi terminado em 2015, encontra-se localizado no município do Santander, nos municípios de Barracambermeja e Puerto Wilches e no rio Sogamoso. Com uma capacidade instalada de 820 MW e com um embalse de 7.000 ha, consolida-se como a quarta hidroelétrica de maior geração do país. Contra o projeto, as comunidades atingidas realizaram mobilizações e protestos denunciando o despejo de terras, rios e costumes, os deslocamentos forçados de populações, as problemáticas associadas à contaminação e os danos e impactos irreversíveis ao ecossistema do rio. Vale a pena ressaltar a mobilização de 177 dias que várias famílias atingidas realizaram no parque central da cidade de Bucaramanga, capital do departamento do Santander, exigindo a efetivação dos acordos feitos com a empresa ISAGEN, denunciando as afetações depois do início da atividade da barragem e exigindo as compensações necessárias. Houve criminalização do movimento e um assassinato de um dos líderes ambientais mais importantes¹⁹.

Outro dos projetos é o projeto Quimbo localizado no departamento do Huila ao sul do país entre os municípios de Gigante, Garzón, Agrado e Altamira, e na bacia do rio Magdalena, o rio mais importante do país. Foi outorgada a licença ambiental para o projeto em 2001 e a hidroelétrica foi inaugurada em 2015. A barragem, que atualmente gera 84 MW mas que tem uma capacidade instalada de 400 MW e que inundou 8.586 ha, ocasionou a perda na produção agropecuária, cacau, arroz, milho, de oito empresas comunitárias, a destruição de ecossistemas de bosque tropical seco, a afetação de numerosas espécies de peixes que eram fundamentais para a soberania alimentar da população, o deslocamento de aproximadamente 3.000 pessoas e a afetação de outras 30.000. A luta, organização e mobilização das comunidades tem sido constante, especialmente dos pescadores artesanais da região e da associação dos atingidos pela barragem hidroelétrica Quimbo ASOQUIMBO, organização que tem construído diversos processos de resistência durante sete anos e que demandaram o

¹⁸ Recentemente a participação do Estado na empresa ISAGEN (57.6%) foi vendida ao fundo canadense Brookfield Asset Management num contexto de grande conflito e controvérsia. Com esta venda, foi entregue para o capital internacional uma das únicas empresas que ainda eram maioritariamente controladas pelo Estado.

¹⁹ Para mais informação ver: <http://veredasogamoso.blogspot.com.br/>

projeto inúmeras vezes, conseguindo a suspensão temporária do mesmo. No entanto, o governo nacional e a empresa proprietária do projeto ENGESA, conseguiram reativar a hidroelétrica (sem sua capacidade completa de geração de energia) a pesar das contínuas mobilizações e afetações²⁰.

Outro dos projetos de grandes barragens na Colômbia que vale a pena ressaltar é o projeto Hidroituango localizado no departamento da Antioquia, nos municípios de Ituango, Toledo e Briceño, e considerado o maior projeto hidroelétrico que se espera construir na Colômbia. O projeto encontra-se em construção, vai gerar 2400 MW e vai inundar 3.800 ha, e é propriedade das Empresas Públicas de Medellín EPM. As comunidades atingidas, camponeses, pescadores artesanais, pequenos mineiros e mineiros artesanais, têm se organizado na defesa dos rios e do território mobilizando-se numerosas vezes contra o projeto, realizando vários protestos na cidade de Medellín, posicionando-se contra os impactos socioambientais e reivindicando direitos culturais, econômicos, políticos e ambientais. Um tema fundamental é a luta contra as violações aos direitos humanos, especificamente contra os deslocamentos forçados e contra os assassinatos, que as populações da região sofrem em relação com a presença de atores armados, especialmente de paramilitares. Da mesma forma, as populações denunciam constantemente a repressão violenta de parte do Estado, a criminalização dos protestos contra esta hidroelétrica e a fraca participação incentivada pelas instituições públicas.

Paralelamente a esta ofensiva territorial de construção de barragens, é conformado em 2011, no 14 de março, dia internacional de luta contra as barragens, o Movimento Pela Defesa dos territórios e dos atingidos pelas Barragens Rios Vivos. Este movimento é a articulação de várias lutas, organizações e movimentos que têm trabalhado historicamente pela defesa de seus rios, de suas terras e de seus modos de vida e contra a construção de grandes barragens hidroelétricas. Dentro deste movimento, portanto, encontram-se as organizações afrodescendentes, indígenas, camponesas e de pescadores e mineiros artesanais que têm lutado e defendido seus territórios e direitos contra as barragens construídas nos anos 70 e 80 e contra as barragens construídas atualmente. A partir do ano 2000 as organizações começam a trabalhar na articulação nacional de suas lutas e finalmente em 2011 consolida-se o movimento principalmente nos departamentos da Antioquia, do Santander, do Caldas e do Huila. O Movimento faz parte da “Cumbre Agraria Campesina Étnica y popular”, movimento nacional que articula várias organizações do país inteiro, e já tem tido diálogos com diversos

²⁰ Para mais informação ver: <http://www.quimbo.com.co/>

movimentos contra barragens na América Latina e especialmente no Brasil, no México e na Argentina²¹.

A partir do anterior, foi possível observar como além das barragens construídas nos anos 70 e 80, na Colômbia atualmente impulsam-se diferentes projetos de barragens hidroelétricas, como os projetos Hidrosogamoso, Quimbo e Hidroitaungo, que surgem nas paisagens buscando integrar novos territórios às dinâmicas do capital e do poder global e buscando “vaziar” os territórios e mercantilizar os lugares numa tensão constante entre valores de troca e valores de uso (HARVEY, 2014). Foi possível observar também que estes novos projetos fazem parte das velhas novidades das grandes obras em América Latina, respondendo tanto às novas dinâmicas mundiais de acumulação e do poder do “Consenso das Commodities” (SVAMPA, 2012) quanto a velhas dinâmicas colonialistas de poder de forma que, por exemplo, os impactos socioambientais e as dinâmicas de violência e de criminalização atuais não são muitos diferentes daquelas dos anos 70 e 80. Neste processo, as resistências continuam também numa dinâmica de permanecer mudando e novos movimentos e organizações sociais recriam-se na sempre conflitiva e dinâmica produção e reprodução do espaço e do tempo no capitalismo atual.

Em defesa da vida, da natureza e do território: resistências, r-existências e movimentos sociais contra as barragens na Colômbia

No apartado anterior, foi possível observar alguns dos aspectos de conflito que têm sido construídos, histórica e atualmente, ao redor da consolidação e construção de grandes barragens hidroelétricas na Colômbia. Os efeitos e impactos na vida local e cotidiana das populações são tanto específicos dos locais quanto gerais em relação com as dinâmicas de apropriação, privatização e despejo que impõem as dinâmicas de acumulação e de poder globais: transformações radicais nas atividades de produção-sustento da vida, agricultura, mineração artesanal e pesca; compra-venda injusta das terras e deslocamentos forçados das populações; contaminação, doenças e impactos na saúde; perda da mobilização e de caminhos tradicionais que utilizam cotidianamente as populações; perda de sentidos e de relações não mercantis com o território, especialmente com a água; e sentimentos generalizados de perda e desarraigo, entre outros.

²¹ Informação obtida em entrevista realizada, em trabalho de campo em Antioquia, no mês abril a um dos integrantes do Movimento Rios Vivos. Para maior informação sobre o movimento ver: <https://defensateritorios.wordpress.com/2016/07/12/el-movimiento-rios-vivos-colombia-respalda-la-lucha-de-caqueta-en-defensa-del-agua-y-en-contra-de-petrolera-china-emerald-energy/>

Além do anterior, também conseguimos observar os mecanismos de dominação discursiva, que são construídos pelos organismos de poder mundial, BM, BID, entre outros, e que são reproduzidos admiravelmente pelos nosso Estados-nacionais periféricos: o desenvolvimento, o progresso, o crescimento econômico, o emprego, a sustentabilidade e a “energia limpa”. Estes instrumentos de poder conseguem em muitos casos obter o controle biopolítico das populações em casos nos quais a precarização territorial (HAESBAERT, 2004) é a norma e nos quais a inferiorização e subalternização dos outros, de seus modos de vida e de seus conhecimentos, é a regra. Observamos também como esses discursos também têm mudado permanecendo, adicionando sobrenomes de sustentabilidade, adequando o discurso ambiental ao discurso econômico de acumulação de capital, e relativizando os impactos e os efeitos socioambientais das grandes barragens (COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2012). Foi possível observar também as mudanças que permitem que continuem e se reproduzam os mecanismos de poder sobre as periferias do sistema mundo, de maneira que as barragens passaram de consolidar-se como um instrumento de poder a través da dívida externa, a ser atualmente empreendimentos ligados com o “Consenso das commodities” e especificamente com a consolidação da grande mineração transnacional na Colômbia.

Mas também, e paralelamente com os mecanismos de poder, conseguimos perceber a constante criação e recriação de estratégias de resistência, r-existência (PORTO GONCALVES, 2002) e de mobilização e organização social e comunitária. As populações camponesas, indígenas e afrodescendentes que vem r-existindo nos territórios desde a época mesma da colonização, recriam e reconstróem tanto novas formas de resistência territorial, dentro das quais permanecer nos territórios a pesar dos impactos e da precarização territorial que produzem as barragens é uma delas, quanto novas formas de organização e movimento social, que são capazes de articular demandas, de dialogar com as instituições e as empresas, de exigir direitos e de expandir e ampliar os espaços democráticos participativos.

Nesta dinâmica, nos parece importante ressaltar várias especificidades dos movimentos sociais e das resistências no contexto da construção de grandes barragens hidroelétricas na Colômbia. Um primeiro aspecto tem a ver com a diversidade dos sujeitos que conformam estas lutas que como observamos são populações camponesas, indígenas, afrodescendentes e de pescadores e de minérios artesanais. Isto nos oferece um panorama de diversidade de lutas, apropriações territoriais, modos de vida, reivindicações e exigências que no entanto conseguem se articular, apesar dos conflitos e das divergências, em movimentos regionais e

nacionais, como é o caso do Movimento pela defesa dos territórios e dos atingidos por Barragens Rios Vivos, conseguindo também estabelecer diálogos com movimentos de luta contra barragens em outros países como México, Brasil, Argentina e Equador “los afectados por represas nos entendemos entre nosotros.”²²”

Esta união da diversidade é uma das características de vários movimentos sociais Colombianos e latino-americanos que se relaciona diretamente com a diversidade histórica, territorial, social e cultural de nossos países, e que tem r-existido às recorrentes tentativas de homogeneização do capital, da colonização e do Estado-nação (GROSFOGUEL, 2008). Desta maneira a união da diversidade é o contraponto das tentativas de homogeneização e de criação de espaços “vazios” e mercantilizáveis, próprias das estruturas de poder e de acumulação de capital que se materializam na construção de barragens hidroelétricas. A diversidade dos sujeitos e de lutas é também uma mostra das relações dialéticas entre os processos de r-existência e mobilização social, que tem propiciado grande parte das organizações e dos movimentos sociais no país.

O segundo aspecto que vale a pena ressaltar é a ênfase e centralidade do aspecto ambiental nas lutas dos movimentos contra as barragens na Colômbia. Mesmo que nas lutas atuais exista uma ênfase neste aspecto, devido à intensificação dos processos de privatização-mercantilização-exploração dos bens comuns naturais e de expansão da acumulação de capital, entendemos que o aspecto ambiental tem tido um papel histórico fundamental na medida que, em todas as relações humanas e especificamente em todas as relações de poder, a mediação da natureza, do território e do espaço é primordial, não só como “o que contem” as relações sociais, senão como parte integrante destas (PORTO-GONÇALVES, 2006). Especificamente, na longa história dos projetos de mineração, de monoculturas de exportação e de barragens na América Latina, o território e a natureza tem tido um papel fundamental, tanto quanto cenários da exploração e mercantilização e, portanto, como formas fundamentais de controle e dominação das populações, quanto cenários de defesa de vida e do território e de reivindicações e exigências dos grupos subalternizados (ALIMONDA, 2011).

Efetivamente, nas lutas dos movimentos contra as barragens, não parece estar separada a defesa da natureza da defesa da vida humana, nem a defesa dos bens comuns naturais da defesa das relações sociais, culturais, políticas e econômicas das populações atingidas. Desta

²² Entrevista realizada em trabalho de campo em Antioquia Colômbia, no mês de abril de 2016 a membro do Movimentos Rios Vivos.

maneira a falsa separação homem-natureza (só homem mesmo) construída na modernidade e reforçada com as relações capitalistas de produção e com a mercantilização do mundo, não aparece nos movimentos sociais (LEFF, 2014). Ao ser cooptados com a construção das barragens os bens comuns naturais mais importantes para a sustentabilidade da vida²³, a água e a terra, a sua defesa é ao mesmo tempo a defesa das relações produtivas e culturais das comunidades e ao mesmo tempo a defesa da não mercantilização de sua experiência territorial (OSLENDER, 2007).

Portanto, a centralidade ambiental nas lutas dos movimentos sociais contra as barragens, permitem-nos juntar a naturezavida²⁴ permitindo romper com os dualismos básicos da racionalidade moderna que ao enredar-se complexamente com as estruturas de exploração do trabalho e da natureza do capitalismo, justificam o olhar da naturezavida como objetos, como mercancias sujeitas às leis do mercado, como coisas inertes e estáticas (QUINTERO, 2015). É por isto que a r-existência em co-existência com a natureza e os territórios, que historicamente têm construído e consolidado as populações camponesas, indígenas e afrodescendentes na Colômbia, é fundamental na mobilização social contra a acumulação de capital e contra as relações de poder, e é por isso também que é fundamental não só a defesa das relações de produção e de reprodução que se constroem em relação inseparável com os bens da natureza, como a defesa da agricultura, da pesca e da mineração artesanal, mas também a defesa das práticas culturais e dos sentidos comunitários, ou em outras palavras dos valores de uso (HARVEY, 2014), que ressaltam a não mercantilização da naturezavida, como a defesa da paisagem, da recreação, das festas ao redor do rio, etc.

Mas a centralidade ambiental nas lutas também ressalta a necessidade da redistribuição dos danos e ganhos da acumulação de capital e do desenvolvimento econômico, constituindo-se portanto, uma luta também contra a desigualdade ambiental, pelas dividas ambientais e pela exigência de justiça ambiental (ACSELRAD, 2010). Desta maneira, como parte da divisão internacional do trabalho e do imperialismo ecológico que reproduz a subalternidade e a dominação dos países periféricos, consolida-se também uma desigual distribuição dos danos e

²³ Entendemos aqui a sustentabilidade da vida, desde uma perspectiva feminista e seguindo a Perez (2014), como uma posição ético-política de sustentabilidade da vida humana e não humana, (prescindindo desta falsa incisão moderna) que permite tirar do centro da discussão as visões estritamente economicistas da sustentabilidade. Olhar a partir da sustentabilidade da vida “implica preguntarnos si al final todo ese complejo engranaje permite a la gente que lo conforma comer o no, bien o mal, con soberanía alimentaria o sin ella, con tiempo de calidad para sentarse en una mesa, con compañía impuesta o elegida. Y si la gente come mal, de poco nos vale que el saldo de la balanza de pagos sea positivo” (PEREZ, 2014, p: 26-27)

²⁴ Juntamos aqui as palavras natureza e vida para dar ênfase à complexa ligação entre a vida humana e a vida natural que aparece nos movimentos sociais, nas resistências e nas r-existências e na luta contra as barragens na Colômbia.

das contaminações que produzem os grandes projetos base da acumulação, do poder e da riqueza econômica e política dos países do centro da economia mundo-capitalista. Os danos e as contaminações por tanto, recaem sobre os grupos subalternizados da periferia capitalista e os benefícios do alabado desenvolvimento nunca chegam a estes grupos, que não recebem nenhum benefício pela construção das barragens e que em muitos dos casos não têm acesso a serviços básicos de energia e de esgoto (COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2012).

É por isto também que uma das mais importantes lutas dos movimentos é a luta pela dívida ambiental, e conseqüentemente pela justiça ambiental. As conseqüências do desenvolvimento desigual e combinado, base da reprodução do capital no espaço, representam a exigência pelo pago e pelo reconhecimento da dívida ambiental que os projetos hidroelétricos geraram, geram e podem gerar (MARTINEZ, 2010). Os movimentos exigem a tão prometida melhora nas condições de vida que a construção das hidroelétricas na materialidade concreta não conseguiu trazer reivindicando, portanto, o pago da dívida ambiental e o reconhecimento dos impactos socioambientais, esses que sim, ao invés do prometido, são profundamente materiais e reais na paisagem dos territórios.

Finalmente, o último ponto que vale a pena ressaltar encontra-se relacionado com a violência sistemática e estrutural das logicas de poder e de acumulação de capital, e que é fundamental na construção e consolidação dos projetos hidroelétricos. Sem a violência estes projetos e por tanto, a imposição das logicas mercantis, dualistas, capitalistas e colonialistas sobre a naturezavida, bases da acumulação de capital e das relações de poder, não seriam possíveis (MACHADO, 2014). Com violência estamos nos referindo aqui tanto a violência física de extrema repressão corporal quanto a violência simbólica de imposição de racionalidades dominantes que justificam a dominação e a subalternização do outro e de seus modos de vida; o que também nos parece aqui uma outra falsa divisão, já que a violência se exerce em sua totalidade e paralelamente das duas formas, mesmo que, aparentemente, uma forma seja mais relevante que a outra em certas conjunturas.

Desta forma, podemos observar como a criminalização e os assassinatos de líderes são claramente mecanismos que utilizou e utiliza o Estado (e não é claro até que ponto as empresas), junto com outros grupos armados, para apagar e silenciar as vozes de protesta, exigência e reivindicação dos movimentos sociais que lutam contra as barragens na Colômbia. No meio da violência extrema contra os corpos e os territórios, o medo e a intimidação invadem, desestruturando formas de organização coletiva e de articulação de reivindicações e

lutas (GARCIA E ARAMBURO, 2011). No entanto, é possível ver também a recriação e o ressurgimento, e a dinâmica constante dos movimentos sociais e da articulação coletiva, que a pesar da violência extrema se reafirma como movimento não violento e é capaz de aprender e de exercer novas formas de reivindicação e de luta, por vezes dentro das estruturais estatais por vezes fora destas.

Paralelamente com a repressão física extrema encontramos também a subalternização violenta das populações e de seus modos de vida e de ser/estar no mundo (LEFF, 2014). Desta maneira os modos de vida e de r-existência são constantemente menos prezados e colocados no último degrau da linha ascendente do progresso histórico das sociedades industriais capitalistas (QUINTERO, 2015). Os seus modos de vida são por tanto considerados como atrasados, como impedimentos ao desenvolvimento e ao progresso, suas formas de trabalho são consideradas inferiores às formas de trabalho oferecidas momentaneamente por estes grandes projetos, e seus conhecimentos são considerados meras opiniões sem nenhum sustento científico nem técnico (CORPORACIÓN PARA EL DESARROLLO AMBIENTAL Y TURISTICO NATYBOS, 2014, p:2). A ciência moderna, cooptada pelas logicas mercantis de acumulação de capital tem um papel fundamental aqui como uma das legitimadoras mais importantes da subalternização de outros conhecimentos e da superioridade dos Estudos de Impacto Ambiental e do uso da tecnologia nestes projetos.

Mas os que resistem, continuam r-existindo historicamente nos seus territórios de vida. A aprendizagem continua, a sabedoria oral e escrita que passa de geração em geração, os conhecimentos em relação com a terra, com a água e em geral com a natureza e com os bens comuns naturais, que ainda, e depois de mais de quinhentos anos de subalternização, r-existem é uma das principais forças destes movimentos indígenas, camponeses e afrodescendentes contra as barragens na Colômbia. A traves de processo educativos de resistência, de seu estoque de práticas e experiências (MENEZES E MALAGODI, 2015), da continua construção dinâmica de suas identidades e de suas memórias, as populações que resistem também têm conseguido se apropriar dos discursos pretendidamente universais da ciência moderna para usar esta na defesa da sustentabilidade da vida, conseguindo também, em um processo sempre conflitivo e contraditório, tirar o profundo rastro imposto nos seus corpos do atraso e da inferioridade.

Considerações finais

Este panorama dos conflitos socioambientais em relação com a construção de grandes barragens hidroelétricas na Colômbia foi fundamental para conseguir construir uma “radiografia” dos processos sociais ligados à construção destas grandes obras. É fundamental assinalar que a construção destas obras responde, portanto, às reconfigurações socioterritoriais das dinâmicas globais de acumulação e de poder que se relacionam com as crises do sistema capitalista, e que têm na América Latina um de seus lócus principais (MACHADO, 2011). Desta maneira, as grandes barragens hidroelétricas são a materialidade da necessidade de subalternização e dominação dos países centrais aos países da periferia do sistema mundo capitalista (WALLERSTEIN, 1996), assim como são a materialidade da necessidade continua dos processos de privatização-mercantilização-exploração da natureza e da vida latino-americanas para a reprodução das dinâmicas mundiais de poder e de acumulação (ALIMONDA, 2011). Foi possível também ver que essas dinâmicas se apresentam como velhas novidades (QUINTERO, 2015), como estruturas que mudam permanecendo, de maneira que é fundamental tanto compreender as descontinuidades e as conjunturas espaço temporais específicas, como aquelas do “Consenso de Washington” e do “Consenso das Commodities” (SVAMPA, 2012) quanto as continuidades e estruturas de longa duração, como aquelas do metarelato de desenvolvimento e do progresso.

Mas, paralelamente, foi possível também ver as dinâmicas específicas e gerais das resistências, das r-existências e dos movimentos sociais. É importante assinalar a diversidade de sujeitos que constroem estas lutas, que está relacionada com a diversidade econômica e sociocultural dos territórios e das populações do país, assim como também com a diversidade de formas de luta, reivindicação e organização social que, no entanto, conseguem se articular em movimentos sociais e lutas conjuntas. A uma união da diversidade é, portanto, uma das características fundamentais destes movimentos de luta contra as barragens na Colômbia. Foi possível observar também, as lutas tanto ao redor da distribuição, e pela desigualdade, dívida e justiça ambiental (ASCELRAD, 2010), assim como também as lutas pelo reconhecimento, de relações diferenciadas com a natureza e os territórios assim como de sistemas econômicos, sociais e culturais alternativos que fogem das relações estritamente mercantilistas e economicistas (LEFF, 2014). A união da naturezavida como pauta das lutas dos movimentos sócias contra barragens na Colômbia foi um dos principais pontos para ressaltar, já que a defesa da água, da terra e do território, não pode estar separada da defesa das relações sociais, econômicas e culturais das populações e comunidades atingidas.

Esta tensão entre as velhas novidades das dinâmicas globais de poder e de acumulação de capital e entre as especificidades e generalidades dos processos de resistência, r-existência e mobilização social nos ajudam a compreender os conflitos socioambientais ao redor da construção de barragens hidroelétricas na Colômbia, assim como nos ajudam a relacionar estes conflitos com outros que se consolidam ao redor de outras atividades como da grande mineração transnacional e das monoculturas para a exportação. O panorama dos casos específicos de conflitos em relação com as barragens hidroelétricas, permite construir essa “radiografia” dos conflitos a partir da qual é possível auxiliar na compreensão de outros que se consolidam na Colômbia e em geral na América Latina.

Referencias

ACSELRAD, Henri, **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental**, estudos avançados 24 (68), 2010

ALIMONDA, Héctor, **La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana**, EN: ALIMONDA, Hector (Org.) **Naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina**, Buenos Aires: CLACSO, Ediciones CICCUS, agosto de 2011

CAMPAÑA PROHIBIDO OLVIDAR, **Privatización y Derechos Humanos, Sector Eléctrico en el Sur Occidente Colombiano**, Cali, 2004.

CÁRDENAS, María Fernanda y AGUDELO, Luis Carlos. **Lineamientos de ordenación territorial para Antioquia Fase II: construyendo juntos acuerdos territoriales**, Gobernación de Antioquia, Departamento Administrativo de Planeación, Medellín, Agosto de 2012.

COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, **Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental?**, e-cadernos CES 17, @cetera: 164-183, 2012.

ESCOBAR, Arturo, **Territorios de diferencia: lugar, movimiento, vida y redes**, Departamento de Antropología Universidad de Carolina del Norte, Chapel Hill Envió Editores 2010.

FOUCAULT, Michel, **O sujeito e o poder**. In: FREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. Michel Foucault. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRASER Nancy e HONNETH Axel, **¿Redistribución o reconocimiento?: un debate político-filosófico**, ediciones Morata, 2006

GARCÍA, CLARA INÉS Y ARAMBURO, CLARA INÉS, **Geografías de la guerra, el poder y la resistencia. Oriente y Urabá antioqueños 1990-2008**, CINEP-ODECOFI, INER-Universidad de Antioquia, Editorial Códice, Bogotá, 2011.

GIARRACCCA Norma; TEUBAL Miguel. (Org.) **Actividades extractivas en expansión: ¿Reprimarización de la economía argentina?**, Buenos aires, antropofagia, 2013.

GONÇALVES, Ricardo e MENDONÇA Marcelo, **Os efeitos sócioespaciais dos grandes empreendimentos de mineração no cerrado em goiás**, Revista Territorial - Goiás, v.2, n. 2, p. 93 - 120, jul. /Dez. 2013

GROSGOUEL, Ramón, **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**, Revista Crítica de Ciências Sociais 80, pg: 115-147, Março 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Precarização, reclusão e “exclusão” territorial**, Terra Livre Goiânia Ano 20, v. 2, n. 23 p. 35-52 Jul-Dez/2004

HARVEY, David. **El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión**, Socialist register 2004 (enero 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

INSUASTY A, GRISALES D, GUTIÉRREZ E. M. **Conflictos asociados a la gran minería en Antioquia**, publicado en Agencia de noticias Nueva Colombia ANNCOL, 2014.

MACHADO Horacio, **El auge de la Minería transnacional en América Latina: De la ecología política del neoliberalismo a la anatomía política del colonialismo**, En: ALIMONDA, Hector (Org.) **Naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina**, Buenos Aires: CLACSO, Ediciones CICCUS, agosto de 2011.

MARTÍNEZ, Joan, **O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorção**, Editora Contexto, 2010.

MARX, Carlos, **El capital: Crítica de la economía política**, tomo I, Libro I. El proceso de producción del capital, FONDO DE CULTURA ECONÓMICA (FCE), 4ª Ed, México: FCE, 2014.

MONTENEGRO, Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**, Presidente Prudente : [s.n.], 2006

OLAYA, Carlos, **Nunca más contra nadie: Ciclos de violencia en la historia de San Carlos, un pueblo devastado por la guerra**, Cuervo editores, 2012

PÉREZ, Amaia, **Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida**, Traficantes de Sueños, Madrid, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, **El desafío ambiental**, Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente Oficina Regional para América Latina y el Caribe Boulevard de los Virreyes 155, col. Lomas de Virreyes, 11000, México, D, Primera edición en español: 2006.

----- **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina**, Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – seção três lagoas-MS, V 1 – n. 3, Maio de 2006.

----- **O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina**. In: GEOgraphia, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, Ano IV, nº 8, p. 39-60, dez.2002.

QUIJANO, Aníbal, **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**, En: LANDER, Eduardo (Compilador) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias**

sociales, Perspectivas latinoamericanas, Unidad regional de ciencias sociales y humanas para América Latina y el Caribe CLACSO, Libros, 2000.

QUINTERO, Pablo, **Antropología del desarrollo: perspectivas latinoamericanas**; editado por Lena Dávila da Rosa ; Ana Carolina Arias, 1a edición, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Kula Ediciones, 2015.

SAENZ, Orlando, **Movimiento de pobladores y grandes proyectos hidroeléctricos el caso del peñol y Guatapé Antioquia**, 1986.

SEOANE, José **Neoliberalismo y ofensiva extractivista: Actualidad de la acumulación por despojo**, desafíos de Nuestra América, Theomai 26, segundo semestre de 2012, Trazos de sangre y fuego: ¿continuidad de la acumulación originaria en nuestra época?

SVAMPA, Maristella. **Pensar el desarrollo desde América Latina**, EN: MASSUH, Gabriela. (Editora), **Renunciar al bien común. Extractivismo y (pos) desarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Mardulce, 2012.

THEIS, Ivo Marcos, **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado e a geografia**, Novos Cadernos NAEA, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009.

UNICEF, **los pueblos indígenas en Colombia derechos, políticas y desafíos**, Bogotá, Colombia, 2009.

VICENTE A, E. L. et al. **Minería en Colombia: ¿A qué precio?**, PBI Colombia Boletín informativo no. Noviembre de 2011

WALLERSTEIN, Immanuel, **Después del liberalismo**. UNAM-Siglo XXI Editores-IIS-UNAM: Madrid. 1996

ZHOURI, Andréa y LASCHEFSKI, Klemens **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.